



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que o **Juiz de Direito Doutor Raimundo Nonato Borges Braga** participou da **Reunião Extraordinária** desta Comissão Especial de Informática, realizada na data de **24 de março de 2022**, na sala de Reuniões da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização – SETIM, no período compreendido entre 14:30h e 17:00h do referido dia, conforme cópia da respectiva **ATA**, em anexo.

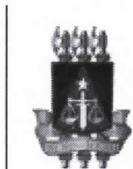
Salvador, 28 de abril de 2022.

AFRANIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR

Servidor da Comissão Especial de Informática do TJBA - CEIN



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática



Ata de Reunião EXTRAORDINÁRIA

Assunto: Manutenções Corretivas e Evolutivas do PJE

Data:
24/03/2022 (Qui)

Redator:
Afranio Pedreira Junior

Local:
Sala de Reuniões da SETIM

Horário Início/Fim:
14:30 / 17:00

Participantes da Reunião

Nome/Área	Presença	Assinatura
DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR (Presidente da Comissão Especial de Informática)	P	
DESA. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO (Membro da Comissão Especial de Informática)	P	
JUIZ DE DIREITO RAIMUNDO NONATO BORGES BRAGA (Membro da Comissão Especial de Informática)	P	
FRANCO BAHIA KARAOLAN MENDES BORGES LIMA (Secretário Geral da Presidência)	P	
RICARDO NERI FRANCO (Secretário de TI e Modernização)	P	
MARCUS VINÍCIUS FERNANDES (Secretário-geral da UNICORP).	P	
MANOEL JOAQUIM SOARES LIMA FILHO (Diretor de Modernização)	P	
HENRIQUE ROMA DE LIMA (Diretor de Informática)	P	
GUSTAVO ALVES BARBOSA (Assessor de Segurança de Informação)	P	
AFRANIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (Servidor da Comissão Especial de Informática)	P	

Legenda:

P = Presente, A = Ausente

PAUTA DA REUNIÃO

Item	Descrição
A	Definição da ordem de prioridade das manutenções corretivas e evolutivas do PJE, a serem realizadas pela SETIM
B	Outros



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

Desenvolvimento da Pauta

Às 14:30h do dia 24.03.2022 (quinta-feira), na sala de reuniões da SETIM, o Presidente da Comissão Especial de Informática - CEIN, Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior, procedeu à abertura dos trabalhos da presente Reunião Extraordinária, agradecendo a presença de todos e passando a palavra ao Membro da CEIN, Juiz de Direito Raimundo Nonato Borges Braga.

Item A - Definição da ordem de prioridade das manutenções corretivas e evolutivas do PJE, a serem realizadas pela SETIM

O Juiz Raimundo Nonato Braga iniciou enfatizando a necessidade de se priorizar a correção de problemas e a evolução do sistema PJE de 1º grau, por entender que o PJE 2º grau se encontra em condições razoáveis de operação. Sugeriu a realização pela UNICORP, em parceria com a SETIM, de cursos direcionados aos assessores dos Juízes, em especial àqueles mais familiarizados com Tecnologia da Informação. Retomando a palavra, o Desembargador Mário Albiani Júnior informou que já está sendo desenvolvido pela UNICORP, em conjunto com a SETIM, o projeto de uma triade de cursos voltados à utilização do PJE, nos níveis básico, intermediário e avançado, sendo este último destinado aos servidores com maior intimidade com TI. O Juiz Raimundo Nonato Braga enfatizou que tais cursos deverão conter módulos focados em funcionalidades de uso exclusivo dos Magistrados, por conta das especificidades desse público, sugerindo, no intuito de agilizar o início do treinamento, que a SETIM utilizasse o curso já existente, apenas acrescentando-lhe melhorias. Passando para o tópico de manutenção do PJE, objeto principal da reunião, o Juiz Raimundo Braga questionou ao Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Ricardo Neri Franco, quais das demandas de manutenção do PJE do primeiro grau, anteriormente encaminhadas pela AMAB à SETIM, já teriam sido realizadas. O Secretário de TI respondeu que, em face do grande número de demandas encaminhadas pela AMAB, a SETIM procedeu, inicialmente, à classificação de prioridade das mesmas, gerando uma matriz construída a partir do cruzamento dos critérios complexidade e impacto, a qual iria apresentar aos presentes, ainda nessa reunião, para fins de validação. Fazendo uso da palavra, o Juiz Raimundo Braga explicou que os 17 pontos de melhoria do PJE relacionados pela AMAB refletem funcionalidades que existiam no sistema e-SAJ, mas estariam ausentes no PJE, citando, como exemplo, o módulo de juntada de Aviso de Recebimento Eletrônico (A.R.), o qual, além de encaminhar a documentação eletronicamente para os Correios, realizava o acompanhamento de toda a intimação, certificando automaticamente o cartório sobre eventual decurso de prazo e, ainda, registrando, sem intervenção humana, a respectiva movimentação processual na base de dados do aludido sistema. Segundo o Magistrado, a indisponibilidade desse tipo de funcionalidade acarretaria sobrecarga de trabalho para as serventias e, consequentemente, retardaria a tramitação dos feitos. Prosseguiu o Juiz Raimundo Nonato Braga exemplificando alguns outros problemas existentes no PJE de 1º grau, dentre os quais: falta de automação da remessa dos autos eletrônicos do 1º para o 2º graus; perda de dados cadastrais na migração automática do SAJ para o PJE, por conta de falha existente no programa migrador, o que viria a trazer problemas no futuro, por conta da omissão de dados relevantes, fato este não ocorrente no PJE de 2º grau, o qual, pela natureza, admitiria uma maior flexibilização dos dados cadastrais; problemas relacionados a republicações automáticas indevidas (não comandadas) de atos



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

processuais; deficiências em funcionalidades de uso específico dos Juízes Substitutos, tais como, falta de comunicação automática ao Juízo de piso sobre a interposição de agravo; problemas de natureza técnica, relacionados a instabilidade do sistema e lentidão na experiência do usuário; dificuldades no módulo de funcionalidades específicas dos CEJUSC's; e, finalizando, elogiou a iniciativa da AMAB em encaminhar tais sugestões, salientando a importância para o aprimoramento dos sistemas da integração e permanente interação entre as áreas técnica e "de negócio". Sugeriu, ainda, que a AMAB passe a fazer, de forma preferencial, a interlocução da TI com os Juízes. Opinou, de igual modo, que a SETIM deveria concentrar os seus esforços na melhoria do PJE de 1º grau, incrementando a sua velocidade e a sua disponibilidade, além de, no que tange às funcionalidades voltadas à automação das tarefas, aproximá-lo cada vez mais do nível de eficácia alcançado pelo sistema PROJUDI. A Desembargadora Pilar Célia, Membro da Comissão Especial de Informática, fazendo uso da palavra, ressaltou ainda existirem muitos problemas no PJE de 2º grau, os quais, em muitos casos, assemelham-se aos problemas apresentados pelo PJÉ de 1º grau. Citou, como exemplos, os problemas relacionados a, em alguns momentos do dia, o sistema apresentar excessivo tempo de resposta, referido popularmente pelos usuários como "bolinha rodando". Lembrou, ainda, que as atividades cartorárias no 1º grau são, quantitativamente, em número bastante superior às do segundo grau, o que daria a impressão de o sistema de 2º grau não apresentar, ainda, muitos problemas. Citou, também, dificuldades na operacionalização do "balcão virtual", tal como, a entrada automática em condição de indisponibilidade após 01(uma) hora de inatividade, o que levaria a frequentes queixas pelos advogados, que interpretariam tal falha como ausência de disponibilidade de atendimento por parte dos funcionários. A Desembargadora Pilar sugeriu, ainda no que tange ao Balcão Virtual, a implementação de algum mecanismo de "fila", através do qual os advogados, ao solicitarem atendimento, receberiam algum indicativo da sua posição na mesma e/ou do tempo estimado para a realização do atendimento, tal qual ocorre em sistemas de atendimento telefônico automatizado, utilizados, atualmente, por muitas empresas. A Desembargadora apontou, ainda, como possível causa para a lentidão do PJE, a dissonância entre a performance das estações de trabalho (Desktops) e a dos servidores de dados do referido sistema. O Presidente da Comissão Especial de Informática, Desembargador Mário Albani Júnior incitou a SETIM a analisar a performance dos "links" da rede WAN do PJBA, em especial dos segmentos que interligam as Comarcas de menor porte, pois isto poderia ser a causa primária da apontada lentidão. Salientou, que, administrar é, antes de tudo, planejar, e que, por tal motivo, a recuperação das funcionalidades da versão 2.0 do PJE de primeiro grau, perdidas quando da migração para a versão 2.1, passaria, antes de mais nada, pela definição da ordem de prioridade a ser seguida no desenvolvimento e implementação de tais funcionalidades. Fazendo uso da palavra, o Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia Karaoglan, destacou que a Tecnologia da Informação é o "carro-chefe" desta gestão e que, por isso, apoiará a realização de um investimento maciço na sua infraestrutura. Disse, ainda, que, comparativamente, o investimento na infraestrutura de TI equivaleria a, no passado, ao efetuado em estruturas físicas, tais como, edificações e mobiliário. Comemorou, também, o fato de que, dentro de um universo de, aproximadamente, 3.5 milhões de processos físicos em curso no PJBA, restam menos de 17 mil a ser digitalizados. Lembrou que está em tramitação na Comissão de Reforma indicativo de lei para criação de cargos de provimento temporário e de funções gratificadas para o setor de TI, mas que, por certo, far-se-á imprescindível recompor e ampliar o quadro de pessoal.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

permanente do referido setor. Nesse momento, o Membro da Comissão de Informática, Juiz Raimundo Braga, citou que, em visita que realizou ao TJ de Goiás, informaram-lhe contar aquele Tribunal com um quadro permanente de TI de, aproximadamente, 60(sessenta) servidores, quantitativo esse, em muitas vezes superior ao do PJBA. Retomando o uso da palavra, o Secretário Geral da Presidência destacou a importância de se priorizar a resolução dos erros recorrentes do PJE, bem como, dos seus problemas básicos, antes mesmo de partir a equipe da SETIM para a reposição das funcionalidades perdidas na referida migração de versões, ou mesmo, para a sua evolução. Nesse momento, a Desembargadora Pilar Claro teve que se retirar do recinto, informando estar sendo demandada a sua participação, naquele instante, em uma outra reunião, agradecendo a presença de todos. O Juiz Raimundo Nonato Braga fez uso da palavra, continuando a discorrer sobre o tema da Reunião, pontuando que tudo se trata de uma questão de administrar expectativas, o que impõe a definição da chamada "prioridade zero". Discorreu sobre alguns exemplos de falhas e omissões importantes na versão atual do PJE de 1º grau, tais como: ausência de algumas classes e assuntos processuais em relatórios fornecidos pelo sistema; juntada e acompanhamento de A.R.; e a contagem de prazos, realizada, muitas vezes, de forma incorreta. O Secretário de TI sugeriu a adoção da metodologia ágil na detecção e correção de falhas do PJE, a qual consistiria em usuário e técnico se sentarem juntos, em frente a uma estação "rodando" a versão de homologação do sistema, quando então o primeiro apontaria as falhas e/ou dificuldades diretamente nas telas do PJE, o que faria com que o segundo entendesse mais facilmente o ponto fulcral do problema, facilitando a implementação da solução correspondente. Assim que o técnico concluisse uma possível solução, sentaria novamente com o usuário para validação da mesma, num ciclo mais dinâmico de desenvolvimento. Concedida a palavra ao Diretor de Modernização, Manoel Lima Filho, o mesmo elogiou o documento produzido pela Associação de Magistrados da Bahia, apontando as principais dificuldades na utilização do PJE de primeiro grau. Referindo-se à reunião agendada entre SETIM e AMAB, a ser realizada no dia 29 de março próximo, o Juiz Raimundo Braga sugeriu ao Secretário de TI que a referida reunião fosse conduzida de uma forma estritamente técnica, sugerindo, ainda, que um técnico da SETIM se deslocasse aos cartórios para visualizar, na prática, as dificuldades apontadas. Concluiu afirmando que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, "o pior processo eletrônico é melhor que o melhor processo físico". O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia Karaoglan, informou que já houve uma sensível redução na instabilidade do PJE e propôs que fossem concentrados esforços, inicialmente, na busca da solução de 3(três) a 5(cinco) demandas, apenas, ao invés de se buscar a solução de 10(dez) ou mais, simultaneamente. Salientou que a equipe da SETIM foi renovada nesta Gestão, encontrando-se, ainda, em fase de conhecimento e ambientação com a realidade do PJBA. Quanto às dificuldades apontadas pela Desembargadora Pilar sobre o Balcão Virtual, ressaltou que se trata, a ferramenta utilizada, o "Lifesize", de um software estrangeiro, pertencente, pois, a terceiros, o que impossibilitaria a sua customização. Ressaltou, contudo, que algumas soluções provisórias, de contorno, estão sendo pensadas, tais como a implementação de uma "campainha" virtual, onde os advogados sinalizariam aos servidores do cartório ou gabinete que estão na espera de atendimento. O Diretor de Informática, Henrique Roma, informou que a sua diretoria está estudando a substituição do "Lifesize" pela ferramenta "Teams", que integra o pacote Office 365 da Microsoft, contratado, recentemente, pelo PJBA, ferramenta, essa, voltada à realização de videoconferências. O Desembargador Mário Albiani Júnior ressaltou a natural dificuldade em se administrar um número



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

tão significativo de problemas, e que, por não haver uma prioridade definida, a SETIM tem buscado identificar tal prioridade segundo modelo próprio, que classificaria o conjunto de demandas através da atribuição de pesos, resultantes do cruzamento dos critérios "complexidade" e "impacto". O Membro da CEIN, Juiz Raimundo Nonato Braga, salientou o grande avanço que é, para o PJBA, o fato de só restarem 17 mil processos físicos a ser digitalizados, conforme pontuado anteriormente pelo Secretário Geral da Presidência. Informou que o momento é de se avançar, do ponto de vista tecnológico, sobretudo explorando os recursos, já disponíveis, de Inteligência Artificial, os quais permitem, dentre outras coisas, analisar o conteúdo de petições, identificando, por exemplo, pedidos de desistência, gerando, automaticamente, modelo de decisão para o Magistrado. Citou, ainda, a necessidade de ser disponibilizada no PJE funcionalidade para assinatura por lote, nos moldes da existente no PROJUDI. Ressaltou, por último, que muitas das rotinas cartórias poderiam ser automatizadas, deixando para os servidores das Unidades judiciais, tão somente, as tarefas mais complexas. O Desembargador Mário Albiani Júnior lembrou que o Secretário Geral da UNICORP está empenhado na disponibilização de cursos direcionados aos técnicos da SETIM. Nesse ponto, o Diretor de Informática disse que está identificando, junto às suas coordenações, o curso prioritário para cada uma delas, a ser informado, no devido tempo, à UNICORP. Fazendo, nesse instante, uso da palavra, o Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização passou a apresentar, na tela de projeção, os Projetos Estratégicos da área de TI para a atual Gestão, dentre os quais: estabilização do PJE; segurança cibernética; novo Service Desk; automação através de julgamentos temáticos; consolidação do Datajud e do sistema Athos. Ressaltou, mais uma vez, os transtornos ocasionados pela migração do PJE para a versão 2.1, por conta de perda das funcionalidades desenvolvidas no PJBA na versão 2.0, atribuindo a tal fato a responsabilidade maior pela avalanche de demandas e reclamações referentes ao PJE, ora, ocorrentes. Esclareceu que os problemas de instabilidade percebidos pelos usuários têm natureza multifatorial, citando, como causas principais, a obsolescência dos equipamentos utilizados pelos cartórios e gabinetes; os problemas de conexão com os bancos de dados, a ocorrerem por força de performance insuficiente dos servidores de dados; e a baixa velocidade dos links de comunicação que interligam em rede as comarcas. Disse, ainda, que algumas medidas emergenciais de melhoria da infraestrutura já estão sendo tomadas, tais como, adição de módulos de memória aos servidores e ampliação do Data Center. O Dr. Raimundo Braga sugeriu à SETIM que disponibilizasse "CARDS" com orientações relevantes aos usuários e, a título exemplificativo, referiu-se a um "CARD" que alertasse os usuários sobre a sobrecarga das CPU's das estações de trabalho, por conta da abertura simultânea de muitas telas. O Diretor de Informática, Henrique Roma, frisou a importância de se disponibilizar aos usuários, o quanto antes, o treinamento no PJE, do nível básico ao nível avançado. Nesse momento, o Secretário Geral da Presidência, Franco Karaoglan, referindo-se a outro possível conteúdo para os "CARDS", sugeriu um que informasse aos titulares dos cartórios sobre a prioridade na utilização do "domicílio eletrônico" para as comunicações oficiais, haja vista que tal facilidade ainda está sendo pouco utilizada pelas Unidades judiciais, possivelmente por desconhecimento sobre a sua existência e praticidade. O Secretário de TI concordou com as sugestões e acrescentou que alguns desses "CARDS" poderiam, ainda, ser utilizados para informar, além de conteúdo específico sobre o PJE, sobre medidas e cuidados relacionados à "Segurança da Informação", bem como, dicas triviais, citando, como exemplo, o uso pouco conhecido da combinação de teclas "CTRL-SHIFT-V" para a realização



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

da operação "colar" (paste) no modo "não formatado". O Presidente da Comissão Especial de Informática retomou a discussão sobre as dificuldades do PJE, tema principal da Reunião, ressaltando a importância do resgate, o mais rápido possível, das funcionalidades "perdidas" com a migração de versões, citando, a exemplo, a restauração urgente da facilidade de "assinatura por bloco". Além disso, conclamou a SETIM a apresentar à UNICORP, com a maior brevidade, o projeto de cursos daquela Secretaria, dirigindo-se, nesse momento, especificamente ao Diretor de Informática, Henrique Roma, a quem reiterou tal solicitação. Fazendo uso da palavra, o Juiz Raimundo Braga questionou à SETIM se os servidores (hosts/computadores) estão preparados para suportar o aumento da carga de uso do PJE, com o fim da utilização do e-SAJ. Respondendo, o Secretário Ricardo Neri informou que, conforme dito alhures, a estabilização do ambiente computacional desse sistema tem sido a prioridade da Secretaria e, aos poucos, vem melhorando, ainda que, um investimento na ampliação e atualização do parque computacional, em especial dos equipamentos do *Data Center*, se faça imprescindível. Continuando com a palavra, o Juiz Raimundo Braga solicitou à SETIM que, no projeto de reestruturação do Service Desk fosse acrescida a implementação de novos canais de atendimento, específicos para situações emergenciais, tais como, os problemas ocorrentes durante a realização das Sessões de Julgamento do 2º grau, onde os Secretários das Câmaras deveriam ter acesso direto e imediato à equipe técnica, via telefone, WhatsApp, etc. Citou, ainda, situações pouco usuais, imprevistas, mas, igualmente, merecedoras de priorização do atendimento, discorrendo sobre uma situação que chegou ao seu conhecimento, onde uma senhora octogenária com dificuldades de locomoção, que havia se deslocado a um fórum de uma comarca do interior para participar de uma audiência e que, durante a realização da mesma, o sistema "travou", exigindo uma solução imediata, de forma que se evitasse o transtorno que seria o retorno da idosa, em outro dia. Concluiu, o Juiz Raimundo Braga, dizendo que se tem que buscar, efetivamente, um modelo mais eficiente para o Service Desk, haja vista a precariedade do atual modelo. Prosseguindo no levantamento das necessidades mais prementes de melhoria do PJE, o Juiz Raimundo Nonato Braga fez referência à necessidade de se aperfeiçoar a qualidade e a quantidade de metadados utilizados nos processos judiciais, de forma a se alimentar diretamente a base de dados do Datajud, automatizando a produção dos dados estatísticos constantes do relatório "Justiça em Números". Para tanto, segundo o Membro da CEIN, mister se faz a classificação adequada dos assuntos e a revisão das classes processuais utilizadas, condição indispensável à produção de relatórios estatísticos confiáveis. Prosseguindo na apresentação do relatório sobre as medidas que vêm sendo adotadas pela SETIM, o Secretário da Pasta discorreu sobre a priorização do trabalho relacionado à segurança de dados, haja vista os recentes ataques "hackers" sofridos por Órgãos do Poder Judiciário nacional; o trabalho de estabilização do sistema ATHOS, sistema de Inteligência Artificial do STJ utilizado pela Segunda Vice-Presidência do PJBA; as medidas relacionadas ao LabJus; e a já mencionada estabilização do PJE. Disse, ainda, que melhorias de implementação mais rápida nesse sistema, como a utilização, pelo mesmo, do módulo de Julgamento Temático desenvolvido e utilizado pela COJE para o PROJUDI, estão sendo analisadas. Nesse ponto, o Juiz Raimundo Nonato Braga apontou a importância de se buscar sempre, a início, soluções mais simples, até que se possa chegar a soluções de natureza mais definitiva. O Diretor de Informática, Henrique Roma, fazendo uso da palavra, passou a detalhar, tecnicamente, o Projeto de Estabilização do PJE, a cargo da sua Diretoria. Disse que o foco inicial foi o aprimoramento da infraestrutura e, para tanto,



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

montou uma força-tarefa composta por integrantes de todas as coordenações subordinadas àquela Unidade. Falou, ainda, que o futuro será a "computação em nuvem", mas que, antes disso vir a ser, efetivamente, adotado pelo PJBA, algumas medidas preliminares deverão ser adotadas, tais como, a revisão dos "códigos" de programação dos sistemas em uso, otimizando-os, de forma a reduzir a demanda sobre os servidores de dados. Além disso, o Diretor destacou a importância da realização dos treinamentos dos servidores da sua Diretoria, através da contratação de cursos de alta complexidade e especificidade técnica, em parceria com a Universidade Corporativa do PJBA, UNICORP, citando, como exemplo, curso voltado à implantação do framework "ITIL". O Dr. Raimundo Braga salientou a importância de o setor técnico documentar todas as alterações realizadas nos sistemas de informação, haja vista a alta rotatividade da mão de obra terceirizada de TI, largamente utilizada pelo PJBA, assegurando-se que técnicos recém-contratados adquiram, mais rapidamente, o conhecimento necessário à manutenção dos algoritmos, sendo tal medida de governança administrativa imprescindível à boa continuidade dos serviços. Nessa esteira, o Presidente da Comissão Especial de Informática, Desembargador Mário Albiani Júnior, questionou ao Diretor de Informática se já encaminhara à UNICORP solicitação de treinamento em governança de TI. O Membro da CEIN, Juiz Raimundo Nonato Braga, destacou a importância de estar bem documentado na SETIM todo o conteúdo do Regimento Interno do Tribunal de Justiça que seja caracterizado como "regra de negócio" por aquele setor, citando, como exemplo, o cálculo do peso, para efeito de distribuição entre os Desembargadores, dos processos de competência das seções cíveis de direito público e de direito privado, assim como, as regras de redistribuição, ora, em questionamento pelo Conselho Nacional de Justiça. O Secretário Ricardo Neri informou que o processo de implementação da governança de TI do PJBA se encontra na fase de avaliação de maturidade, passando a palavra, nesse instante, ao Coordenador de Projetos de Modernização, Fabiano Raminho, que detalhou os aspectos técnicos da estabilização do PJE, destacando que a carga dos servidores de dados da PJE, o qual, antes das medidas adotadas, oscilava entre 60% e 80% da capacidade máxima deles, fora reduzida para cerca de 30%, melhorando a performance percebida pelos usuários, resultado da liberação do número de núcleos de processamento utilizados pela ferramenta de virtualização utilizada pelos referidos servidores, outrora objeto de restrição. O Desembargador Mário Albiani Júnior questionou se o plano de cursos da SETIM, a ser encaminhado à UNICORP, previa treinamento técnico sobre computação em nuvem, sugerindo que, para otimização do custo-benefício de tais treinamentos, fosse inicialmente capacitado o corpo técnico por instrutores externos e, posteriormente, tal corpo técnico ficaria encarregado de realizar o treinamento dos demais usuários dos sistemas. Nesse momento, o Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia Karaoglan, ressaltou a importância da aproximação dos usuários com a SETIM e com a Comissão Especial de Informática, citando, como exemplo, os servidores das Câmaras do Tribunal, bem como, da indicação, pela AMAB, de representantes seus para interagirem e demandarem da referida Comissão. Em resposta à sugestão do Secretário Geral da Presidência do PJBA, o Presidente da Comissão Especial de Informática informou que, além da ênfase na disponibilização, pela UNICORP, de treinamentos na área de TI para servidores e magistrados, também já vem promovendo reuniões da CEIN com a AMAB, tal como a reunião realizada no último dia 15 de março, e que iria convidar a entidade para participar da próxima sessão ordinária da Comissão. O Membro da CEIN, Juiz Raimundo Braga, sugeriu, então, a realização de encontros de usuários, no estilo de "feiras", onde os mesmos apresentassem as suas reclamações.



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

suprindo uma notória dificuldade de comunicação entre as Unidades do PJBA. Nessa linha, o Secretário Geral sugeriu que tais encontros fossem feitos na modalidade "rodadas temáticas". O Desembargador Mário Albiani Júnior salientou a função de "linkar" os diversos setores do Poder Judiciário do Estado da Bahia exercida pela Universidade Corporativa, opinando porque os encontros sugeridos fossem implementados na forma de workshops. Prosseguindo no tema em debate, o Juiz Raimundo Nonato Braga sugeriu a implementação de uma solução do tipo "Reclame Aqui", quando o Presidente da Comissão Especial de Informática, complementando, sugeriu que fosse desenvolvido um projeto conjunto entre SETIM e UNICORP para implementação de tal funcionalidade no Portal do PJBA. Manifestando-se sobre a matéria em discussão, o Diretor de Modernização, Manoel Lima Filho, destacou a importância, para a evolução do PJE, do encaminhamento à SETIM de demandas relacionadas ao aperfeiçoamento dos sistemas, por entidades como AMAB e setores do próprio Tribunal, como a SEJUD. O Juiz Raimundo Braga enfatizou a importância da promoção de encontros entre Magistrados e SETIM, exemplificando com a reunião técnica entre esta e a AMAB, a ser realizada no próximo dia 29/03, salientando sobre a importância de se priorizar a participação de Juízes das Varas do Consumidor e das Comarcas do Interior em tais reuniões, haja vista as enormes dificuldades enfrentadas por essa classe de Unidade Judiciária. Sugeriu, ainda, a participação nesses encontros de entidades assemelhadas à AMAB, tais como, sindicatos e associações de classe vinculados ao PJBA. Nesse ponto, o Desembargador Mário Albiani Júnior sugeriu que a AMAB, com o apoio da Diretoria de Primeiro Grau, da Secretaria Judiciária e das Corregedorias, realizasse pesquisa junto às Comarcas do interior, sobre a qualidade e velocidade dos links de comunicação de dados utilizados para conectá-las ao Data Center do PJBA. O Presidente da Comissão Especial de Informática informou aos presentes que, a próxima reunião da CEIN contará com a presença de representante da AMAB, ocasião em que a SETIM deverá apresentar a classificação das demandas do PJE que elaborou, levando em consideração o cruzamento dos critérios complexidade versus impacto.

Item B - Outros

Nada mais a tratar nesta reunião.

Encerramento

Às 17h foi, formalmente, declarada encerrada a reunião pelo Presidente da Comissão Especial de Informática, Des. Mário Albiani Júnior, o qual, mais uma vez, agradeceu a presença de todos.


Presidente



**Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática**

**Composição
Biênio 2022-2024**

Cargo	Nome	Posição
Desembargadora	Pilar Célia Tobio de Claro	Titular
Desembargador	Mário Augusto Albiani Alves Júnior	Presidente
Desembargador	Manuel Carneiro Bahia de Araújo	Titular
Juiz de Direito	Ricardo Augusto Schmitt	Titular
Juiz de Direito	Raimundo Nonato Borges Braga	Titular
Juiz de Direito	Pedro Rogério Castro Godinho	Titular
Desembargador	Aliomar Silva Britto	Suplente